

## VITÓRIA DA UNIÃO

### FISCO APROVA PROPOSTA DO GOVERNO

O Fisco estadual iniciou 2013 com a expectativa de finalizar as negociações com o Governo que já vinham se arrastando há quase três anos. Os primeiros meses foram marcados por várias assembleias da categoria, reuniões regionais, manifestações na Assembleia Legislativa e no prédio da SEFAZ, estudos aprofundados das propostas de tabela apresentadas e muitas reuniões com os interlocutores do governo.

No mês de maio a categoria não teve outra alternativa diante da omissão e posicionamento do governo, senão lançar mão de movimento grevista, para que sua voz fosse ouvida. Foram dois dias de paralisação que demonstraram a força e união do Fisco Capixaba.

O Comitê de Greve se tornou Comitê de Mobilização e, enfim em julho o Governo do Estado apresentou oficialmente uma proposta que foi aprovada pela maioria esmagadora dos colegas presentes na Assembleia Geral ocorrida em 25/07.

Desta assembleia também participaram o Presidente da FENAFISCO, Sr. Manoel Isidro, e o presidente da FEBRAFITE, Roberto Kupski, que manifestaram apoio ao momento vivenciado pelo Fisco Capixaba.

Em todo esse processo de negociação destacamos a colaboração da Deputada Estadual Janete de Sá que abraçou a causa do Fisco e desempenhou papel fundamental na interlocução junto ao Governo. **Continua na página 4.**



No mês de julho o SINDIFISCAL promoveu a Campanha de Valorização do Fisco Estadual

**Página 3**

Fisco atua, atua e atua  
Entrevista com João Antônio Nunes da Silva

**Página 8**

Teto Remuneratório Único e Lei Orgânica da Administração Tributária - Fenafisco

**Páginas 10 e 11**

# ...DAS PERDAS

perdas, perdas e perdas...

CONTINUAÇÃO

**F**açamos um balanço, e enumeremos mais algumas perdas; dessa feita, coisas que perdemos ao longo de nossa existência. Perdemos nossos dentes de leite; perdemos nossos brinquedos de criança; perdemos nossos amigos de infância; perdemos alguns amigos – seja pelo distanciamento, ou pela morte; perdemos nossos pais; alguns perdem os filhos; perdemos o nosso tempo, empregando-o em coisas inúteis... mas parece-nos que a perda que mais sentimos é quando perdemos alguém que amamos, pois esse sentimento se manifesta de forma profunda, e se apresenta como irreversível.

Mas algumas perdas, embora também sintamos, podem ser substituídas. Nossos dentes de leite dão lugar aos definitivos, e mesmo quando perdemos esses, podem ser usadas próteses; os brinquedos e amigos de infância são substituídos pelas coisas e novos horizontes da adolescência; amigos se vão, mas outros se aproximam; perdemos nossos familiares, e entendemos que nossa vida é passageira, e que também partiremos um dia...

Mas... e quanto ao tempo? Essa perda parece ser a mais preciosa, pois dela decorre o sentimento de culpa e omissão. Olhamos para trás e nos perguntamos: por que não agimos dessa forma, em lugar daquela? Por que desrespeitamos o nosso amigo e companheiro de lutas? Por que tratamos nosso colega daquele jeito? Por que não fizemos o que deveria ter sido feito naquele dia? Por que não aproveitamos aquele momento para, ao invés da discórdia e desagregação, promovermos a harmonia, a união e o fortalecimento? Perda irrecuperável...

Seguramente, colhemos hoje os frutos de nosso tempo mal aproveitado no passado. Cabal prova disso foram as manifestações populares ocorridas pelo país afora no mês de julho. Sob a bandeira de reajuste de R\$ 0,20 no preço de passagens em ônibus urbano, vieram à tona mil outras reivindicações de necessidades populares – que todos nós sabíamos, mas comodamente nos aquietamos no silêncio. Tais manifestações expuseram uma insatisfação popular qual nunca se vira em nosso país; adultos, idosos, jovens, crianças uniram voz em câmbio único para reclamar de nossas autoridades ações urgentes, em favor de uma sociedade que vive, parafraseando uma música cantada por Zé Ramalho: “...vida de gado...”. Mas o povo não está feliz. Essa explosão popular teve o condão de dizer às nossas autoridades: “deixem de ser omissas; vocês aí estão investidas de poderes para que possam trabalhar e agir em favor da sociedade que representam”. Mas parece que nossos representantes não nos representam; que seus interesses pessoais estão acima dos interesses coletivos; que estão insensíveis à realidade à sua volta; parece que vivem em um mundo diferente do nosso.

Os auditores fiscais do estado vêm, de longa data, buscando entendimentos com o governo do estado, na tentativa de obter de forma concreta o reconhecimento

que lhes conferem as Cartas Magnas da Federação e do Estado: diferenciação no trato diante dos demais servidores, visto ser a Carreira essencial ao funcionamento do Estado. Através do trabalho do Auditor Fiscal o administrador tem garantidos os recursos necessários ao custeio e investimentos que se fazem necessários; a estrutura dessa carreira precisa ser dinâmica, ágil, “azeitada” para as inovações tecnológicas, dotada de profissionais que se aprimorem e se dediquem permanentemente à busca de conhecimentos; profissionais que se dediquem exclusivamente às atividades funcionais inerentes à Tributação, Arrecadação e Fiscalização. Cabe à sociedade conscientizar-se dessa necessidade e exigir de seus representantes o pleno desempenho por parte de seus auditores. Vendar os olhos para essa realidade significa mais uma perda; vendar os olhos para essa realidade significa prolongar as dificuldades operacionais hoje existentes na SEFAZ: carência extrema de

pessoal, distanciamento da sociedade, administração tributária distante dos interesses maiores, sobras de recursos que demonstram ausência de planejamento. O fisco não é apenas mais um grupo de servidores públicos; o Fisco é um conjunto de servidores conscien-



O fisco não é apenas mais um grupo de servidores públicos; o Fisco é um conjunto de servidores conscientes de seu papel e sua importância social.



tes de seu papel e sua importância social; o Fisco não é um grupo essencialmente cooperativo, mas um grupo cujo trabalho é voltado para a sociedade, sabedor de que quanto mais e melhores forem as auditorias, menos oportunidades haverá para a corrupção. Sociedade bem auditada significa sociedade menos exposta aos desvios de recursos públicos.

O trabalho do Auditor Fiscal é assegurar que os recursos ingressem nos cofres públicos, e que a sociedade tenha a certeza de que esse trabalho se dá em seu benefício. Tais recursos devem ser devida e corretamente aplicados; que não vejamos mais doentes perdendo a vida por falta de atendimento na rede pública, ou mesmo dentro de hospitais por falta de recursos materiais ou humanos; que as nossas ruas e estradas permitam plena circulação de seus cidadãos, em tempo condizente com as distâncias a serem percorridas; que nossos cidadãos não percam a vida em nossas estradas por traçado inadequado, falta de conservação/manutenção ou sinalização deficiente; que a rede pública de ensino ofereça condições físicas, materiais e humanas para a plena instrução, crescimento e desenvolvimento de nossos filhos; que nossas casas não tenham de ter grades, cães ferozes ou vigilância particular para preservar sua integridade e inviolabilidade... .. e tantas outras coisas...

O Fisco e a sociedade capixaba clamam por um grupo de auditores bem preparados, bem formados, em frequente e permanente aperfeiçoamento para que a cada dia melhor sirvam e alcancem seus objetivos funcionais: assegurar à sociedade os recursos necessários ao atendimento de suas demandas, em resposta ao clamor popular que eclodiu no mês de julho último. Cabe ao administrador público não se fazer omissos.

# PALAVRA DO PRESIDENTE



**E**mblemática e representativa a última Assembleia Geral do Fisco (25/07). Enriquecida pela presença dos presidentes da Fenafisco, Manoel Isidro, e da Febrafite, Roberto Kupski, mostrou uma categoria madura para as decisões, mesmo com um embate contundente, oriundo da diversidade de pensamentos e ideias. Faz parte e é salutar para a construção democrática. O importante é que as posições pessoais e de grupos foram colocadas de forma clara e objetiva, prevalecendo nas votações o interesse da maioria. Novamente ponto para a democracia. Foi o primeiro passo.

Agora é o momento da construção e o foco é o aprimoramento da carreira do Grupo TAF.

Com a modernização da SEFAZ e dinamismo na car-

reira, novos horizontes para aqueles que estão em final de carreira, para os que ainda têm alguns anos pela frente e os que ainda irão ingressar. O concurso público está aí.

O Grupo de Trabalho composto por integrantes do SINDIFISCAL, da SEFAZ e SEGER, tem trabalhado de forma a estar bem próximo dos anseios da categoria e de forma célere.

Temos a tramitação a ser cumprida, que esperamos seja a mais abreviada possível, e é claro o prazo do Governo com vigência a partir de 01/07/2013, ou seja, quando pago será retroativo para todos que tem o direito.

É trabalhar e aguardar.

## CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO FISCO

**N**o mês de julho o SINDIFISCAL promoveu a Campanha de Valorização do Fisco Estadual por meio de outdoors espalhados nas maiores cidades do Estado.

Foram fixados 20 outdoors com o objetivo de demonstrar à sociedade capixaba que é através do trabalho do Fisco que o administrador público vê realizadas as receitas e recursos financeiros para que possam ser atendidas as demandas existentes nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública, para a construção de estradas, e tantas outras necessidades do cidadão.

A sociedade capixaba precisa saber que o trabalho do Auditor Fiscal tem por objetivo a própria sociedade; que o Fisco é seu parceiro, e trabalha para o seu benefício e bem estar; e que compete ao administrador público investir com sabedoria e bom planejamento os recursos arrecadados, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e com menos desequilíbrios, ofertando serviços públicos com uma estrutura capaz de realizar plenamente o papel do Es-



Outdoor fixado em Cariacica



Outdoor fixado na cidade de Linhares

tado, como ente regulador, provedor e gestor da sociedade que representa e lhe delegou poderes.

Por vias indiretas também, a campanha tem por objetivo despertar o Governo do Estado para que aplique ao Fisco capixaba o mesmo tratamento digno dispensado por outros estados da Federação ao seu quadro de Auditores Fiscais, conforme previsto na Constituição Federal e também na Constituição Estadual, conferindo-lhes a importância destacada naquelas Cartas, por ser elemento essencial ao funcionamento do Estado.

Dentro dessa linha de objetivo, a FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital -, entidade à qual encontra-se filiado o SINDIFISCAL-ES, está preparando uma campanha de mídia a nível nacional, que deverá ser veiculada nos principais jornais do país e na mídia televisiva. A intenção é que a sociedade brasileira veja e reconheça a importância dessa categoria de servidores públicos, cujas ações têm por alvo o bem estar de toda a sociedade a quem serve.

# VITÓRIA DA UNIÃO

Capa

A proposta de alteração no piso remuneratório da categoria foi aprovada, em Assembleia Geral realizada em 25/07, embora ainda não implementada. Nas negociações com o Governo, ficou acordada a constituição de uma Mesa – integrada por representantes da SEFAZ, da SEGER e do SINDIFISCAL – para que fosse efetivamente trabalhada a elaboração das alterações necessárias em nossa legislação funcional, e assim a nova tabela de remuneração possa ser encaminhada para aprovação pela Assembleia Legislativa e tenha seus efeitos já refletidos nos contracheques dos nossos colegas. Embora ainda não concretizado, o compromisso do Governo para com a Categoria é que os efeitos financeiros dessa nova tabela se deem de forma retroativa a 1º de julho. No dia 16/08, foi realizada a primeira reunião dessa “Mesa”, onde foram apresentadas as nossas

razão dos percentuais relativos à Promoção Funcional e definição de novo valor de remuneração para o início da carreira (com consequências positivas em toda a Tabela Salarial), ampliação de 24 vagas no Nível AFRE-III, dentre outras. A carreira passou a ter 4 níveis verticais



Greve na Agência de Linhares

propostas em harmonia com a gestão da SEFAZ; claro ficou que a redação da Lei refletia a posição da SEFAZ - expressa por seus representantes ali presentes – em harmonia com o SINDIFISCAL.

Registra-se, ainda, que os pontos divergentes diante da SEGER ficaram para melhor discussão em outras reuniões futuras.

Tais reuniões foram realizadas, e a Mesa buscou as melhores soluções para as divergências que surgiam. Desenvolveram-se as negociações dentro dos parâmetros anunciados na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/07, enriquecendo nossa Legislação com os conceitos benéficos trazidos pela LC 637/2012, adequações na legislação funcional com a criação de um nível de “entrada” – AFRE – para início da carreira de Auditor Fiscal da Receita, mudanças das atribuições dos níveis funcionais, ganhos salariais decorrentes da alte-



Reunião com a Deputada Janete de Sá

(AFRE, AFRE-I, AFRE-II e AFRE-III), mantidas as 580 vagas legais, havendo limitação apenas no Nível AFRE-III em 174 vagas. Garante-se também o percentual de 20% das vagas de cada ciclo para a promoção por senioridade, de forma a estimular o servidor a priorizar a modalidade de promoção por meritocracia.

Fonte também de preocupação dessa Diretoria Sindical é a situação dos Auxiliares Fazendários. Esse importante grupo de colegas, quando da exclusão do Grupo TAF das abrangências do então PLC 23 (aprova-



Fisco mobilizado na Assembleia Legislativa

do, tendo-se tornado a LC 637/2012), encontra-se hoje desprovido de plano de carreiras, e também não beneficiados pelas novas concepções da citada lei. Diante dessa situação indesejada, e face a justa reclamação desses colegas, o SINDIFISCAL agendou com a SEGER uma reunião – que ocorreu no dia 06 de setembro, para tratar do assunto. Ali compareceram, além de representantes da diretoria sindical, mais três colegas representando os AFs, e receberam dos técnicos da SEGER as instruções para formalizar a abertura dos entendimentos e procedimentos para que se alcancem as adequações e correções de que o Grupo necessita.

Entendimentos ainda permanecem. Essa entidade de classe está atenta e com o compromisso pela construção e conquistas de melhores e ideais condições funcionais para seus sindicalizados.

Nossa luta ainda não se encerrou; apenas superamos uma etapa.



Greve em Cachoeiro de Itapemirim

# LIBERDADE DE UMA CARTA

## ao Marcos Tavares

**A**pós uma moqueca, regada a vinho nacional, Carla Bruni cantava pra mim “quelqu’un m’a dit”, o interfone toca, anunciam: o Marcos vai subir. A campanha é acionada, mal abro a porta, entra um Marcos esbaforido:

- Você não vai fazer nada?
- O que rapaz?
- O bobo da corte, tal como um pingüim subnutrido, saiu do armário e com as mãos na cintura, como asa de saicara, chamou o imperador de covarde e...
- Já sei, é a eterna inveja de Niterói, quer ser Rio de Janeiro... e dizem que se numa radiografia da genitália do rei, sairá o bobo da corte, de boca pendurado... E o imperador? fez o quê?
- Não sei não, mas parece que o imperador tem força... essas passeatas nas ruas, só pode ser coisa dele..., há boatos de greve... o Rei não faz nada e, nada fala, esta mais preocupado com o Rio Branco, que não ganha ninguém...
- Calma! Não é assim, não. Você já ouviu as lideranças? Aquele pessoal de vanguarda?
- Que lideranças? Que pessoal?
- O árbitro e aquele dos manifestos em jornais contra o governo, o marido da deputada, o playboy das motos Harley, o Rei do jogo de xadrez, enfim todos, onde estão eles?
- O árbitro fará jogo de despedida, vai tirar o apito da boca...e, parece que tem um sítio em Domingos Martins e, segundo a fotógrafa, ele se embrenha pelas matas para caçar veados e volta cinco dias depois, um verdadeiro caco. O dos manifestos de jornais, guerrilheiro aposentado, em função do seu passado, pegou uma boquinha na presidência de uma associação. O marido da deputada está quieto, só se fala com ele em linguagem dos sinais, e se alguém ouvir algo dele, ele nega, se arrepiando todo, quando se fala em Newton Cruz... E o playboy das motos?????, procura ele que eu quero ver? cada dia em lugar diferente, última vez que soube dele, acabara de entregar o relatório do mês e, em alguns segundos, já estava na Bahia... O Rei do Xadrez, agora escreve livros...está íntimo de Ângela Merkel, ...O ro-

mântico, sonhador, intelectual, idealista sumiu!!! Está disfarçado, não sei de que, num porão, na agência de Vitória, agora a leitura predileta dele é a Playboy, acho que é para não esquecer, aquele seu ídolo, que adora uns rebolados de mulatas, se isolou num 5º andar, não sei onde... E o ex-agitador magrelo carioca, agora está empunhando a bandeira do paz e amor, é fácil encontrá-lo no Mosteiro Zen-budista de Ibiracú...

- Mas você quer que eu faça o quê?
- Chame-os e faça como fizeram na UFES... vamos organizar um churrasco?
- Tenho uma idéia melhor: em Cachoeiro tem um cerimonial Summer House, chamem o Bigode pra organizar, o pastor de Guaçuí, de tesoureiro e aí vocês me chamem....
- Mas só isso????? Ah! criaram um comitê!!!!!!
- Comitê? E quem participa?
- Tem nomes de peso: um ex-prefeito, hoje cozinheiro, que come mais do que cozinha e uma novidade!!! O “Moralista” que organiza consórcio, deram-lhe a tarefa, de coordenar ala feminina, ele vive rindo à toa...
- Rapaz, eu agora aposentei!! já me matriculei na Cri-dança, buscarei um par romântico, comprarei um sítio em Ibicuí-BA, indo, visitarei o pessoal de Colatina, Linhares e São Mateus e, neste sítio plantarei flores?
- Flores???? pra quê?????
- Flores !!!! Sim senhor!! É para oferecer aos filhos ausentes da cidade natal, numa possível visita...e já me vejo em praça pública, tal qual romântico... ouvi:
- Elpidio, lembra!! Você ficou de me levar no salão, esqueceu? Já estou atrasada...
- Levantei-me e, um suspiro me fez pensar: Um sítio... por que não?!!!!

Elpídio Ferreira de Santana Filho  
Auditor Fiscal Aposentado

Este texto é de responsabilidade de seu autor

### Balancete Janeiro 2013

Saldo anterior	
Caixa	1.230,62
Banestes Cta 1.702.554	47.670,04
Banestes Cta 6.193.023	77.366,17
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	82,74
Aplicação Coopifisco	507.424,34
<b>TOTAL</b>	<b>633.773,91</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	
<b>RECEITA EFETIVA</b>	
Ativos (Janeiro)	-
Outras Receitas	3.107,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.146,22
Receita C/Associados	7.184,10
Devolução de Associados	-
Liquidação de Emprestimo	-
Receita de Aluguel	-
<b>TOTAL</b>	<b>15.437,32</b>
<b>ORIGINAÇÕES SOCIAIS</b>	
IRRF S/Salários	9.066,56
I.N.S.S. S/NFS	1.700,71
PIS S/Salários	3.399,75
<b>TOTAL</b>	<b>14.167,05</b>
<b>ORIGINAÇÕES FISCAIS</b>	
IRRF S/Salários	4.989,00
IRRF S/NFS	154,61
PIS S/Salários	545,05
ISS S/ Serviços	773,05
PIS C/OPIN/CSLL	718,92
<b>TOTAL</b>	<b>7.180,65</b>
<b>DESPESAS C/PESSOAL</b>	
Assistência Médica	2.250,79

Adiantamentos e Vales	264,00
Correios e Malotes	-
Despesas C/Estagiário	-
Férias	17.680,40
Salários	-
13º Salário	1.168,20
Vale Transporte	9.961,25
Vale Refeição	31.324,64
<b>TOTAL</b>	<b>31.324,64</b>
<b>SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS</b>	
Serviços Prestados Assist. Contabil	1.300,00
Serviços Manutenção Sede Social	12.113,70
Serviços Prestados Assist. Jurifica	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.413,70</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	
Acesso a Internet	25,90
Água e saneamento	1.248,10
Aluguel	500,00
Assinatura Sky	174,40
Associação de Classe	-
Brindes	-
Combustível	1.942,84
Condomínio	1.736,15
Condição	-
Contribuição Fenafisco	10.431,56
Contribuição Sindical	164,64
Cópias e Autenticações	303,86
Custas e Taxas de Cartórios	438,30
Despesa com Gráfica	4.308,00
Despesa com Taxi	-
Despesas C/Estacionamento	273,00
Despesas C/Informática	1.370,00
Despesas C/Veículos	21,00
Despesa com Floricultura	200,00
Energia	3.580,09
Festividades e Confraternizações	-
I.P.V.A	-

Impostos e Taxas	-
Instalações	-
Jornais e Revistas	24.326,10
Limpeza / Conservação	892,00
Locação de Equip. Sonoros	-
Locação de Veículo	1.834,40
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	1.109,95
Máquinas e Equipamentos	183,00
Material de Construção	-
Material de Consumo	900,54
Material de Escritório	-
Material de Higiene e Limpeza	771,01
Medicamentos	22,89
Pedágio	22,00
Refeições e Lanches	1.090,91
Repasso Coopifisco	907,30
Serviço de Manutenção Sede Social	1.906,29
Seguros	401,25
Telefone	2.190,54
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.950,00
<b>TOTAL</b>	<b>65.222,92</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	
Despesas Bancárias	572,60
Despesas Financeiras	18,02
<b>TOTAL</b>	<b>590,62</b>
<b>Saldo Banco/Caixa</b>	
Caixa	1.534,63
Banestes Cta 1.702.554	82.428,67
Banestes Cta 6.193.023	721,07
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,06
Aplicação Coopifisco	432.544,22
<b>TOTAL</b>	<b>517.311,65</b>
<b>TOTAL</b>	<b>649.211,23</b>

# PAINEL JURÍDICO

## 1) REAJUSTES E MANUTENÇÃO DO PLANO DE SAÚDE UNIMED

No Processo nº 0001447-98.2013.8.08.0024, que tramita perante a 1ª Vara Cível de Vitória, proposta pelo SINDIFISCAL em face da Unimed Vitória, - em que se discute a manutenção dos planos de saúde e os índices de reajustamento aplicados a partir de dezembro/2012 - embora tenhamos realizado reunião com representantes daquela cooperativa de trabalho médico, não foi possível chegarmos a um acordo, objetivando reduzir os índices de reajuste aplicados, que foram de 90,91% no Contrato UNIPLAN EMPRESARIAL, e de 43,25% no VITORIAMED.

Segundo alega a Unimed Vitória, os índices aplicados refletem a realidade dos dois contratos, com a sinistralidade apurada nos últimos doze meses (todos os gastos somados com as pessoas que compõem o plano).

Sendo assim, embora continuem sendo mantidos os planos até o mês de novembro/2013, conforme decisão judicial, será necessário aguardarmos uma perícia judicial a fim de aferir e definir quais os índices corretos.

Ainda na reunião realizada com representantes da Unimed Vitória, o Sindifiscal foi advertido que possivelmente os próximos reajustes deverão manter-se em índices elevados, se aproximando daqueles aplicados no ano anterior, o que, por certo, inviabilizará a manutenção dos contratos.

Diante disso, o Sindifiscal está analisando a possibilidade de migração de nossos filiados para outros planos da Unimed Vitória, sem a necessidade de cumprimento de carência, e com valores que sejam mais razoáveis.

Advertimos, desde logo, que os planos mais acessíveis, segundo informação da Unimed, são aqueles denominados de participativos (em que o usuário paga certa quantia em caso de consultas e exames, porém, não tendo que desembolsar qualquer valor em caso de procedimentos cirúrgicos e internações), que, segundo ela, também se revela mais justo, pois “quem usa mais, e, sendo assim, quem usa menos paga menos”.

## 2) PRECATÓRIOS DE TRIMESTRALIDADE

Conforme noticiado na edição anterior, continuam suspensos os precatórios judiciais decorrentes da chamada “trimestralidade” do Governo Max Mauro, em razão das decisões obtidas pelo Governo do Estado nas ações propostas diretamente perante o Tribunal de Justiça, objetivando a declaração de nulidade dos acórdãos então proferidos em favor dos servidores estaduais, reconhecendo a perda inflacionária oriunda da não reposição, à época, de 60% da variação do INPC do trimestre anterior.

O entendimento mais recente adotado pelo Tribunal de Justiça, tem sido no sentido de suspender o curso das ações declaratórias a fim de ser realizada uma perícia contábil, com o objetivo de aferir o real valor devido pelo Estado do Espírito Santo nos precatórios formados em razão das ações de “trimestralidade”.

Em processo já julgado (ação declaratória de nulidade de ato jurídico), em que o Estado do Espírito Santo conseguiu anular precatório de “trimestralidade” formado em favor dos Procuradores do Estado, o Superior Tribunal de Justiça reformou a decisão local, por entender que tendo o título executivo transitado em julgado antes de 24/08/2001 (data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 2.180-35, que acrescentou o parágrafo único do art. 741 do CPC), não se aplica tal dispositivo legal, conforme Súmula nº 487/STJ.

Referido processo foi remetido, em grau de recurso extraordinário (interposto pelo Estado do Espírito Santo), para o Supremo Tribunal Federal, tendo o Ministro Celso de Mello, relator do pro-

cesso, decidido monocraticamente nos autos do RE nº 729631, por negar-lhe provimento, pautado sobretudo na indiscutibilidade, imutabilidade e coercibilidade da decisão judicial transitada em julgado, não mais sujeita a ação rescisória, em homenagem à garantia da coisa julgada.

O Estado, ante a decisão que lhe foi contrária, já ingressou com recurso de agravo interno, que se encontra para ser apreciado pelo Ministro Relator, o qual deverá submetê-lo a apreciação dos demais membros da Segunda Turma daquela Corte, composta ainda dos Ministros Cármen Lúcia (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki.



### 3) PROGRESSÃO AUTOMÁTICA PARA OS AFRE'S APÓS O CUMPRIMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Os Auditores Fiscais da Receita Estadual – AFRE, que cumpriram recentemente o período de avaliação probatória, alcançando, inclusive, a estabilidade no cargo, deveriam ser contemplados com a progressão funcional automática de que cuida o art. 18, § 2º, da Lei Complementar nº 16/92, com sua nova redação conferida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 530/2009, porém, isto ainda não se confirmou, não tendo sido conferido até a presente data.

Consultado o setor responsável perante a SEGER, intitulado de SUBINF, este informou que os servidores que tiveram as suas portarias de estabilidade publicadas no mês de abril/2013, já foram avaliadas no curso deste mês de agosto/2013, e que já foi dado início a avaliação das portarias do mês de maio/2013.

Foi enviado email pelo Departamento Jurídico do sindicato àquele setor da SEGER, solicitando especial atenção na concessão do direito à progressão funcional automática.

### 4) ABONOS DE FALTAS PARA OS AF'S

Após várias solicitações do sindicato, a SEGER finalmente deu início ao processo objetivando a alteração legislativa, a fim de permitir que também os Auxiliares Fazendários possam gozar do direito a 06 (seis) abonos no ano civil, sem prejuízo ao direito à evolução na carreira.

Segundo informação colhida no Gabinete da Subsecretaria de Gestão, o processo tramita sob o nº 61638129/2013, em conjunto com alteração de normas referente a outra categoria de servidores públicos.

## ELEIÇÕES NO IPAJM

**A** votação para a escolha dos representantes nos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPAJM (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo), foi realizada no dia 06/08 nos municípios da Grande Vitória e no interior do Estado.

A votação para os segurados Civis Ativos, Militares Ativos, e Inativos foi realizada nos municípios da Grande Vitória de forma presencial, através de urnas e para os demais municípios, por correspondência.

Os colegas Luiz Cláudio Nogueira de Souza e Charles Grilo Fuller, concorreram a uma vaga no Conselho Administrativo e no Conselho Fiscal respectivamente. Há de se lamentar, entretanto, a falta de estrutura verificada nesse processo eleitoral, em que servidores compareceram à urna, mas não puderam exercer seu direito de voto, pois o IPAJM não contemplou a figura do “voto em trânsito”. Em função dessa deficiência, muitos de nossos colegas e outros servidores deixaram de votar em seus candidatos.

Infelizmente não conseguimos eleger os representantes de nossa categoria desta vez, mas nas próximas eleições estaremos na disputa novamente.

O SINDIFISCAL-ES parabeniza aos colegas Luiz Cláudio e Charles Grilo pelo empenho e disposição em participar deste processo e a toda categoria que atendeu prontamente ao chamado comparecendo ao local de votação e exercendo seu direito.

Destacamos que a questão previdenciária é de suma importância para todos nós ativos, aposentados e pensionistas. É preciso estar atento às ações daqueles que são responsáveis por sua gestão.

### Balancete Fevereiro 2013

Saldo anterior	
<b>SALDO ANTERIOR EM 31/01/2013</b>	
Caixa	1.534,63
Banestes Cta 1.702.554	82.428,97
Banestes Cta 6.193.023	721,07
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,96
Aplicação Coopifisco	432.544,99
<b>TOTAL</b>	<b>517.311,65</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	
<b>RECEITA EFETIVA</b>	
Ativos (Fevereiro)	106.218,54
Outras Receitas	1.403,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.741,28
Receita C/Associados	3.412,86
Receita de Aluguel	2.000,00
Devolução de Associados	-
Liquidação de Emprestimo	-
<b>TOTAL</b>	<b>115.775,68</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE VITÓRIA</b>	
Acesso a Internet	25,90
Aluguéis de Moveis e utensilios P/Festas	1.300,00
Assistência Jurídica	-
Associação de Classes	-
Correios e Malotes	3.910,95
Brindes	-
13º Salário	2.117,08
Combustível	1.644,89
Condomínio	300,00
Contribuição Sindical	5.262,62
Contribuição Fenafisco	503,66
Custas Processuais e Cartório	-
Cursos e Instruções	-
Despesas Bancárias	514,61
Despesas Financeiras	0,09
Despesas C/Estacionamento	300,00
Despesas C/Informática	330,00
Despesas C/ Pedágio	43,80
Despesas C/Veiculos	30,00
Despesa C/Floricultura	-
Energia	16,94

F.G.T.S.	2.329,72
Festividades e Confraternizações	-
Férias/Rescisões	-
Despesas Gráficas	-
I.N.S.S.	9.374,60
I.N.S.S. S/NRS	1.700,71
I.R.R.F. S/Salarios	2.441,31
I.R.R.F. S/NFS	154,61
I.S.S.	773,05
I.P.V.A.	-
Jornais e Revistas	43,30
PIV/COFIN/CSLL	718,93
Impostos e Taxas	-
Instalações	-
Limpeza / Conservação	-
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	379,85
Máquinas e Equipamentos	-
Material de Higiene e Limpeza	218,96
Material de Consumo	43,80
Material de Escritório	-
Material de Construção	33,00
Medicamentos	2.161,75
Plano de Saúde - Assistência Médica	-
Propaganda e Publicidade	291,22
Pis. C/ Folha de Pagamento	533,07
Refeições e Lanches	37.196,42
<b>SUB TOTAL</b>	<b>37.196,42</b>
Repasse Coopifisco	6.338,63
Salários	11.939,77
Seguros	401,25
Telefone	1.436,03
Uniformes e Acessórios	-
Vale Refeição	9.362,50
Vale Transporte	357,00
Viagens e Estadas	3.667,44
Cópias e Autenticações	-
Locações de Equip.Sonoras	-
Locação de Veiculos	-
Serviços Prestados - PJ	-
<b>TOTAL</b>	<b>71.301,04</b>
<b>DESPESAS SEDE SOCIAL DE VILA - VELHA</b>	
Água e Saneamento	2.093,16
Assinatura	175,60
Energia	2.642,45
Instalações	-
Material de Uso e Consumo	501,44

Material Higiene e Limpeza	1.589,00
Serviços de Manutenção Sede Social	14.318,65
Telefone/Internet	212,34
Manutenção Máquinas e Equipamentos	1.210,00
Despesa com Veiculos	-
Seguros	-
<b>TOTAL</b>	<b>22.942,64</b>
<b>DESPESAS SUBSEDE ORDEM - CACHOEIRO</b>	
Água e Esgoto	-
Aluguel	500,00
Combustível	-
Condomínio	59,00
Condução	-
Despesa C/Correios	-
Despesa C/Veiculo	-
Energia	609,00
Instalações	-
Jornais e Revistas	41,30
Limpeza / Conservação	330,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	-
Material de Consumo	72,60
Material de Escritório	-
Material de Higiene/Limpeza	-
Plano de Saúde	114,04
Refeições e Lanches	92,30
Telefone	217,80
Viagens e Estadas	500,00
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.536,04</b>
Reembolso Despesa	-
Refeições	-
Vale Transporte	103,40
Despesas C/ Gráficas	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.639,44</b>

Saldo Banco/Conta	
Caixa	1.424,36
Banestes Cta 1.702.554	95.038,52
Banestes Cta 6.193.023	4.372,86
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,38
Aplicação Coopifisco	435.285,09
<b>TOTAL</b>	<b>536.204,21</b>
<b>TOTAL</b>	<b>633.087,33</b>

# FISCO ATUA, AUTUA E ATUA...

**Com 37** anos de serviço público, sendo 30 deles dedicados ao Fisco Estadual, João Antônio Nunes da Silva é o entrevistado desta edição. Há 10 anos presidindo o Conselho Estadual de Recursos Fiscais - CERF, João orgulha-se de já ter exercido quase todas as funções dentro da Secretaria de Estado da Fazenda. Além disso, é escritor e professor, inclusive é instrutor de diversos cursos dentro da Secretaria da Fazenda. O segredo para lidar com maestria diante de tantos afazeres, João atribui à vontade de ser útil.

Nessa entrevista vamos descobrir como o CERF passou de pejorativamente conhecido “Cemitério de Processos” à Paradigma Nacional e as motivações que envolveram nosso entrevistado a escrever um Manual sobre ICMS.

## **Ação Fiscal - Qual a importância do CERF na estrutura da SEFAZ?**

O Conselho, como órgão julgador de última instância, tem uma classificação em um nível superior de direção. Todas as questões que são de interesse do fisco ou do contribuinte passam por aqui. O montante do crédito tributário, que posteriormente será inscrito em Dívida Ativa, em sua maioria é julgado pelo Conselho. Daí a importância deste órgão.

## **Ação Fiscal - Qual o volume de trabalho (quantidade de processos) atualmente no CERF?**

Temos aqui hoje o que eu chamo de absoluta normalidade. Nossos processos estão todos distribuídos e todos os prazos cumpridos; o tempo médio de permanência de um processo no Conselho não chega a três meses. Não temos acúmulo de trabalho. Mas isso acontece porque não recebemos processos em quantidade. A quantidade de processos que recebemos estão aquém da capacidade do Conselho. Todas as informações relativas ao Conselho estão disponíveis na internet no site da SEFAZ, inclusive todos os relatórios. É uma resposta à Lei de acesso à informação que é de 2012, até por isso que o Núcleo de Estudos Fiscais – NEF - da FGV Law fez um estudo no Brasil inteiro e o Espírito Santo ficou em terceiro lugar. Por este trabalho fomos classificados por aquele Núcleo da Escola de Direito de São Paulo – como o único órgão de julgamento do Brasil que publica a prestação de contas na internet, sendo, ainda, considerados exemplo paradigmático nacional de boa prática na gestão do contencioso. Em decorrência dos avanços e melhorias alcançados e do caráter inovador das soluções adotadas, inscrevemos o Projeto “Transparência, Cidadania e Justiça Fiscal” na versão 2013 do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Estado do Espírito Santo - INOVES. Essa posição de vanguarda do Conselho, como destaque nacional, foi publicada em diversos em periódicos, entre os quais, nos jornais A Gazeta e Valor Econômico. Poderíamos ter alcançado o primeiro lugar disparado, se não fossem os problemas da 1ª instância, onde está o gargalo de processos.. É preciso mudar o modelo de gestão, dar autonomia às instâncias de julgamento e ao Auditor Fiscal para julgar os processos. Uma primeira instância julga e o Conselho exerce o seu papel revisor, julgando em última instância, dando prosseguimento. A pronta resposta é fundamental e deve ser um objetivo permanente do Estado. Um Estado negligente não interessa a ninguém.



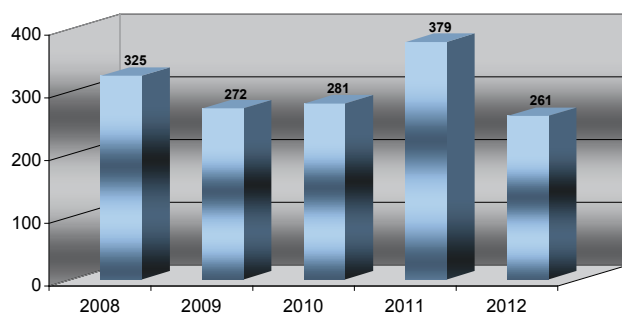
## **Ação Fiscal – Quem são os parceiros do CERF?**

O Conselho tem vários parceiros, como a Secretaria da Fazenda, a Procuradoria Geral do Estado, o Grupo de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público, a Federação da Indústria, a Federação do Comércio, a Federação da Agricultura, os Advogados, os Contabilistas, os Contribuintes, os Municípios e a sociedade em geral. O Conselho é um órgão que não fica restrito à Secretaria da Fazenda. Ele transcende para muito além do ambiente meramente administrativo-fazendário.

## **Ação Fiscal – Observa-se uma grande satisfação, de sua parte, em relação ao trabalho aqui no CERF. Fale um pouco sobre isso.**

Em minha vida profissional me considero uma pessoa extremamente feliz porque faço exatamente aquilo que gosto. Independente de onde quer que eu tenha

**Quantidade de Recursos**



atuado na Secretaria da Fazenda - e já passei por quase todos os setores - sempre tive muita motivação. Nunca fiz absolutamente nada pensando em resultado pessoal. Sempre procurei ser útil.

O CERF, nos anos de 2001/2002, era considerado um “cemitério de processos”. Estamos até elaborando um projeto em Power Point contando essa trajetória de “cemitério de processos a paradigma nacional”. É até engraçado, mas é fruto de muito trabalho e dedicação de todos, inclusive dos nossos parceiros. É trabalho de equipe. É ambiente. É ambiência! E isso só é possível com motivação. Assumi a presidência do CERF em 2003 e em outubro 2004 não havia mais acúmulo de processos. E isso pode ser feito com todos os processos da Secretaria da Fazenda. É preciso mudar o modelo de gestão. É preciso coragem e disposição para trabalhar. O trabalho aqui no Conselho é algo prazeroso e tem muita afinidade com minha formação em Direito e Contabilidade.

Pela natureza dos recursos julgados, dá para dizer que as infrações cometidas são fruto de má interpretação ou desconhecimento da legislação tributária?

Com certeza. O que acontece é mais do que isso. O sujeito que recorre tem duas razões para isso: ou porque o Fisco erra ou porque ele aposta na negligência do Estado. Se o Estado demora muito para julgar um



processo o indivíduo aposta. É uma loteria com um resultado que pode ser muito bom. Então o contribuinte vai protelando e o Estado muitas vezes concede anistia, remissão. A litigiosidade é estimulada por três fatores que podem ou não se combinar: 1- erro na interpretação e aplicação da norma; 2- negligência do Estado (não fiscaliza ou não julga rápido); e 3- concessão da anistia/remissão de créditos tributários.

### Ação Fiscal - Essas anistias e remissões seriam justificáveis?

Não, em absoluto! Particularmente eu acho isso um rolo de degradação do tributo. Não vejo justificativa para isso. Nos países desenvolvidos do mundo, isso praticamente não existe, mas é muito comum em países subdesenvolvidos, como o nosso.

### Ação Fiscal - Pessoalmente você seria favorável a remissão das chamadas multas decorrentes de descumprimento de obrigações acessórias?

Não. O Estado tem que punir exemplarmente e ponto final. Isso é um equívoco. É premiar o sonegador e punir o bom contribuinte. Além de ferir a lealdade da concorrência. Sou a favor de bônus para o adimplente.

### Ação Fiscal - Recentemente você publicou o livro "Manual do ICMS – Comentários à Lei Estadual nº 7.000". Qual foi sua motivação para escrever sobre este tema?

Foram cinco anos de trabalho. A ideia é que o Manual não é apenas para ser lido, mas ser utilizado no dia-a-dia. O leitor não precisa ler o livro todo, ele pode consultar o tema do seu interesse e ir direto ao ponto. O objetivo é ser útil. E foi exatamente essa a motivação para este trabalho. Estou com 37 anos de serviço público e chega o momento em que você pensa em deixar alguma coisa que possa ajudar as pessoas – um legado.

### Ação Fiscal - De acordo com seu entendimento e visão, quem constitui o público alvo dessa obra?

O livro se destina a todos aqueles que lidam com o ICMS seja dentro do nosso Estado ou fora dele, sobretudo o auditor fiscal, os procuradores, os advogados, os promotores, os juízes de direito, os contabilistas; todos eles são destinatários dessa obra. A ideia é ser útil à comunidade que lida com o ICMS diariamente.

### Ação Fiscal - Um dos objetivos da legislação tributária é promover "justiça fiscal". Segundo essa ótica, que contribuição pode ser extraída desse livro?

A ideia inicial do livro era tratar da Teoria Geral do ICMS, depois da Teoria Geral do Direito Tributário Penal e por último a Teoria Geral do Processo Administrativo Fiscal. Essa pergunta está mais relacionada com o Processo Fiscal. Por exemplo, quando o auditor verifica se houve ou não o cumprimento das obrigações tributárias (principal e acessória) surge a questão da aplicação da norma; caso se constate o descumprimento, é feito o lançamento tributário (auto de infração). No julgamento serão verificadas as razões do acusado e do autuante e enfim formado um juízo de verossimilhança a respeito do que aconteceu realmente. E o processo acaba sendo isso: uma oportunidade de composição do litígio antes de sua apreciação pelo judiciário. Antes de chegar ao judiciário é apresentada uma proposta de solução no âmbito administrativo que é gratuito, que não é onerado por questões de sucumbência, despesas processuais e honorários de advogado. O processo administrativo-fiscal é isso: a aplicação da legislação tributária ao caso concreto. Sob essa ótica, penso que o livro pode contribuir muito com aqueles que militam nas hostes fiscais.



### Ação Fiscal - Por fim, quais as livrarias em que a obra poderá ser adquirida?

No primeiro momento somente a Edições Sem Fronteiras ([www.icmses.com.br](http://www.icmses.com.br) / Telefone: 27 3063-9672 Endereço: Av. Champagnat nº 1073 – Ed. Atlântico Sul - Sala 509 - Vila Velha - Centro – ES - E-mail: [comercial@aduaneirasvitoria.com.br](mailto:comercial@aduaneirasvitoria.com.br)) ficou com a venda exclusiva do livro. A primeira edição, de 1.000 exemplares, está praticamente esgotada. Como não tenho tempo para lidar com isso, assinei um contrato de exclusividade e a comercialização fica por conta deles.

## Balancete Março 2013

Saldo anterior	
<b>SALDO ANTERIOR EM 28/02/2013</b>	
Caixa	1.424,36
Banestes Cta 1.702.554	95.038,52
Banestes Cta 6.193.023	4.372,86
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,38
Aplicação Coopifisco	435.285,09
<b>TOTAL</b>	<b>536.204,21</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	
<b>RECEITA EFETIVA</b>	
Ativos (Março)	110.134,64
Outras Receitas	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.353,53
Receita C/Associados	730,00
Receita de Aluguel	1.000,00
Devolução de Associados	-
Liberação de Empréstimo	-
<b>TOTAL</b>	<b>118.218,17</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE VITÓRIA</b>	
Acesso a Internet	25,90
Aluguéis de Moveis e utensilios P/Festas	200,00
Assistência Contábil	1.650,00
Assistência Jurídica	654,95
Associação de Classes	-
Correios e Malotes	13,93
Brindes	-
13º Salário.	-
Combustível	2.465,56
Condôminio	1.707,44
Contribuição Sindical	-
Contribuição Penafisco	5.296,83
Custas Processuais e Cartório	205,20
Cursos e Instruções	-
Despesas Bancárias	608,54
Despesas Financeiras	-
Despesas C/Estacionamento	397,37
Despesas C/Informática	330,00
Despesas c/ Pedágio	144,10
Despesas C/Veículos	379,53
Despesa c/Floricultura	-
Energia	213,38
F.G.T.S.	22.819,92

Festividades e Confraternizações	-
Férias/Rescisões	39.506,22
Despesas Gráficas	-
I.N.S.S.	14.772,86
I.N.S.S. S/NFS	1.700,71
I.R.R.F. S/Salários	5.985,92
I.R.R.F. S/NFS	154,61
I.S.S.	773,05
I.P.V.A	-
Jornais e Revistas	20.041,30
PIS/COFINS/CSLL	718,93
Impostos e Taxas	210,78
Instalações	-
Limpeza / Conservação	50,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	379,85
Máquinas e Equipamentos	5.878,00
Material de Copa e Cozinha	92,98
Material de Consumo	1.461,95
Material de Escritório	-
Material de Construção	-
Medicamentos	-
Plano de Saúde - Assistência Médica	4.812,21
Propaganda e Publicidade	329,68
Pis S/Folha de Pagamento	608,82
Refeições e Lanches	-
<b>SUB TOTAL</b>	<b>134.590,52</b>
Repasse Coopifisco	6.674,80
Salários	20.712,40
Seguros	-
Telefone	1.463,21
Uniformes e Acessórios	-
Vale Refeição	10.013,75
Vale Transporte	853,60
Viagens e Estadas	7.150,92
Cópias e Autenticações	-
Empréstimo coopifisco	5.188,80
Locação de Veículos	131,00
Cheques a Compensar	(1.933,50)
<b>TOTAL</b>	<b>184.845,50</b>
<b>DESPESAS SEDE SOCIAL DE VILA - VELHA</b>	
Água e Saneamento	1.663,77
Assinatura SKY	175,60
Energia	2.240,33
Instalações	-
Material de Uso e Consumo	959,95
Material Higiene e Limpeza	515,17

Serviços de Manutenção Sede Social	12.211,35
Telefones/Internet	210,70
Manutenção Máquinas e Equipamentos	-
Despesa com Veículos	-
Seguros	401,25
<b>TOTAL</b>	<b>18.378,12</b>
<b>DESPESAS SUBSEDE ORDEM - CACHOEIRO</b>	
Água e Esgoto	-
Aluguel	500,00
Combustível	-
Condôminio	63,00
Condução	-
Despesa C/Correios	-
Despesa C/Veículo	-
Energia	658,05
Instalações	-
Jornais e Revistas	-
Limpeza / Conservação	330,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	-
Material de Consumo	-
Material de Escritório	221,00
Material de Higiene/Limpeza	-
Plano de Saúde	-
Refeições e Lanches	-
Telefone	250,91
Viagens e Estadas	500,00
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.522,96</b>
Reembolso Despesa Refeições	-
Vale Transporte	103,40
Despesas C/ Gráficas	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.626,36</b>

Saldo Banco/Caixa	
Caixa	1.324,20
Banestes Cta 1.702.554	6.641,04
Banestes Cta 6.193.023	4.073,96
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,70
Aplicação Coopifisco	436.449,50
<b>TOTAL</b>	<b>448.572,40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>654.422,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>654.422,38</b>

# FENAFISCO LEI ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA – PEC 186/2007

**E**lemento de grande importância para a categoria Fiscal constitui a Lei Orgânica da Administração Tributária. A FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – vem, já há algum tempo, esmerando-se na construção desse instrumento, cujo objetivo principal volta-se para a preservação dos interesses maiores da sociedade, assegurando que seus auditores fiscais, através da Administração Tributária, **tenham autonomia administrativa, financeira e funcional** para o pleno exercício de suas funções.

A concepção desse aparato legal é uma questão de interesse social, no reconhecimento da Carreira de Estado, assim estruturada, não voltada ao interesse político, mas destinada a garantir à sociedade que seus recursos não lhe sejam subtraídos através de proteção e/ou apadrinhamento político em favor dessa ou daquela empresa. O trabalho de auditoria fiscal não pode sujeitar-se à escolha e/ou à vontade do administrador, mas deve justificar-se pelo interesse social, em defesa do tributo, pois esse pertence à sociedade e não ao administrador para dele abdicar como se seu fosse.

Nesse condão, a elaboração de Projeto de Emenda à Constituição Federal encontra-se bem avançada – PEC 186/2007 -, e que certamente constituirá essencial instrumento para a implantação desses conceitos nas Unidades Federadas. A proposta em questão caracteriza a necessidade da LOAT – LEI ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no âmbito federativo ao de-

terminar “Lei Complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A PEC 186/2007, de autoria do deputado Décio Lima (PT/SC) **estabelece a autonomia administrativa, financeira e funcional das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, acrescentando os parágrafos 13 e 14 ao artigo 37 da Constituição Federal, nos seguintes termos:

*§ 13 – Lei complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispoendo inclusive sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos cargos de sua carreira específica, mencionada no inciso XXII deste artigo.*

*§ 14 - Às Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são asseguradas autonomia administrativa, financeira e funcional, e as iniciativas de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos na Lei de diretrizes orçamentárias.*

Concepção de Lei Orgânica sem contemplar a autonomia administrativa, financeira e funcional não significa nenhum avanço, nenhuma conquista, nenhum benefício para a sociedade.

## Trabalho da FENAFISCO e de seus Sindicatos filiados

Por ocasião da votação da admissibilidade da Proposta de Emenda Constitucional 186/2007, ficou patente o valor do trabalho da FENAFISCO e seus sindicatos filiados em sua defesa. Tal visibilidade se revelou pelos inúmeros pronunciamentos dos parlamentares da CCJC os quais, ao proferirem os seus votos, fizeram questão de pontuar a presença e a excelente performance de interação parlamentar das entidades do fisco estadual e distrital. (*Revista Visão Fenafisco – Edição Especial pp 09-10*)

Nosso SINDIFISCAL tem-se feito presente a esses esforços, no sentido de contatar nossos parlamentares no Congresso Nacional em busca de apoio à aprovação dessas Emendas Constitucionais, pois são matérias de extrema relevância para toda a Sociedade.

Paralelamente a essa iniciativa, a FENAFISCO – através de seu Departamento Jurídico – encontra-se elaborando o anteprojeto de Lei Orgânica, que se encontra em fase de adequação legislativa e saneamento/ajustes de apenas dois artigos a serem discutidos nas próximas reuniões do Conselho Deliberativo da entidade; tão logo solvidas essas questões, deverá o anteprojeto ser levado à apresentação parlamentar.

### Balancete Abril 2013

<b>Saldo anterior</b>					
Caixa	1.324,20	Correios e Malotes	248,65	Jornais e Revistas	21.822,50
Banestes Cta 1.702.554	6.641,04	Despesas C/Estagiário	–	Limpeza / Conservação	370,00
Banestes Cta 6.193.023	4.073,96	Férias	20.351,86	Locação de Equip. Sonoros	–
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança)	83,70	Salários	–	Locação de Veículo	–
Aplicação Coopifisco	436.449,51	Rescisão	–	Manutenção de Máquinas e Equipamentos	2.334,85
<b>TOTAL</b>	<b>448.572,40</b>	Vale Transporte	957,00	Máquinas e Equipamentos	465,00
		Vale Refeição	10.719,25	Material de Construção	–
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>37.068,60</b>	Material de Consumo	380,00
<b>RECEITA EFETIVA</b>		<b>SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS</b>		Material de Escritório	982,35
Ativos (Abril)	109.662,60	Serviços Prestados Assist. Contábil	1.300,00	Material de Higiene e Limpeza	54,60
Outras Recetas	408,50	Serviços Manutenção Sede Social	12.563,70	Medicamentos	60,73
Rendimentos de Aplicações Financeiras	10.000,00	Serviços Prestados Assist. Jurídica	208,00	Refeições e Lanches	1.051,49
Receita C/Associados	160,00	<b>TOTAL</b>	<b>14.071,70</b>	Repasse Coopifisco	950,30
Devolução de Associados	–	<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		Emprestimo Coopifisco	10.000,00
Liberação de Empréstimo	–	Acesso a Internet	25,90	Seguros	401,25
Receita de Aluguel	1.400,00	Água e Saneamento	1.140,93	Telefone	4.987,63
<b>TOTAL</b>	<b>121.631,10</b>	Aluguel	500,00	Viagens e Hospedagens/Passagens	6.219,69
		Assinatura Sky	175,60	Chèques a Compensar	(485,00)
<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>		Alugueis de móveis P/Festa	–	Chèques Compensado	1.933,50
I.N.S.S.	9.965,82	Brindes	–	<b>TOTAL</b>	<b>66.561,00</b>
I.N.S.S. S/NFS	1.700,71	Combustível	2.189,83	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	
F.G.T.S.	2.558,59	Condomínio	1.776,88	Despesas Bancárias	560,55
<b>TOTAL</b>	<b>14.225,12</b>	Condução	–	Despesas Financeiras	377,60
		Contribuição Fenafisco	5.324,75	<b>TOTAL</b>	<b>938,15</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS</b>		Contribuição Sindical	–		
IRRF S/Salários	266,37	Cópias e Autenticações	29,32	<b>Saldo Banco/Caixa</b>	
IRRF S/NFS	154,61	Custas e Taxas de Cartórios	–	Caixa	209,51
PIS S/Salários	319,82	Despesa com Gráfica	2.850,00	Banestes Cta 1.702.554	330,00
ISS S/ Serviços	773,05	Despesa com Taxi	–	Banestes Cta 6.193.023	13.256,23
PIS C/DFINS/CSLL	718,83	Despesas C/Estacionamento	–	Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança)	83,70
<b>TOTAL</b>	<b>2.232,78</b>	Despesas C/Informática	31,00	Aplicação Coopifisco	421.235,30
		Despesa com Floricultura	140,00	<b>TOTAL</b>	<b>435.106,15</b>
<b>DESPESAS C/PESSOAL</b>		Energia	2.925,51		
Assistência Médica	4.791,84	Festividades e Confraternizações	–	<b>TOTAL</b>	<b>570.203,50</b>
Adiantamentos e Vales	–	I.P.V.A	–		
		Impostos e Taxas	192,39		
		Instalações	–		

# TETO REMUNERATÓRIO ÚNICO PEC 05/2011

## POSIÇÃO DA FENAFISCO: FAVORÁVEL AO RELATÓRIO APROVADO NA COMISSÃO ESPECIAL

O SINDIFISCAL, através da FENAFISCO – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - faz-se presente nas lutas pela conquista de teto único de remuneração para os servidores públicos. Encontra-se desde 2011 no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional 05/2001 que estabelece um único teto remuneratório para os servidores, idêntico ao do Ministro do STF, corrigindo uma injustiça que ocorre entre os poderes e entre as unidades da Federação.

A proposta apresentada pelo Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), originariamente propunha alterar o inciso XV do artigo 48 e revogar os incisos VII e VIII do artigo 49 da Constituição Federal, para estabelecer que os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estados, Senadores e Deputados Federais serão idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O parecer apresentado pelo Relator, Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG) e aprovado por unanimidade na Comissão Especial, altera o inciso XI, artigo 37 da Constituição Federal, estabelecendo limite único para todos os servidores.

Esta alteração é coerente, uma vez que a própria Constituição Federal descreve que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, além de destacar a harmonia entre os poderes. O Brasil é formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição, portanto, nenhum ente superior a outro.

### TRAMITAÇÃO

A PEC 05/2011 foi apresentada no dia 2 de março de 2011. No dia 16 desse mesmo mês, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A Comissão recebeu o projeto dois dias depois e, no dia 10 de maio de 2011, foi designado como Relator o Deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), que na data de 1º de junho de 2011 apresentou seu parecer, pela admissibilidade, com emendas saneadoras. O relatório foi aprovado no mesmo dia.

Já no ano de 2012, no dia 9 de fevereiro, o autor da Proposta, o Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), fez um requerimento ao Presidente da Casa solicitando o apensamento da PEC 05/2011 à PEC 89/2007 para tramitação conjunta, por tratarem de matérias correlatas. Sem responder ao requerimento do autor, o Presidente da Câmara, o Deputado Marco Maia (PT-RS), criou a Comissão Especial em 29 de março de 2012 e no dia 10 de maio constituiu a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o projeto. A reunião de instalação e eleição foi realizada no dia 16 de maio de 2012.

Eleitos os membros da Mesa Diretora da Comissão Especial, no dia 22 de maio de 2012 foi designado como Relator o Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG). No dia 12 de junho de 2012 foi encerrado o prazo para emendas ao projeto, tendo sido apresentadas seis emendas.

No dia 20 de junho de 2012 foi apresentado o Parecer do Relator e aprovado por unanimidade em forma de substitutivo, aglutinando o conteúdo da PEC 89/2011. Encontra-se pronta para votação em Plenário. (*Revista Visão Fenafisco – Edição Especial pp 18-19*)

Nos dias 27 e 28 de agosto houve mobilização dos Sindicatos do Fisco através da FENAFISCO junto ao Congresso Nacional pela aprovação dessa proposta, mas trata-se de trabalho de sensibilização de nossos deputados, para que, quando levada à votação estejam eles conhecedores da proposta, e manifestem seu voto favorável aos anseios do servidor público e corrijam as distorções hoje existentes.

### Balancete Maio 2013

Saldo anterior	
<b>SALDO ANTERIOR EM 30/04/2013</b>	
Caixa	209,51
Banestes Cta 1.702.554	13.356,23
Banestes Cta 6.193.023	221,41
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	83,70
Aplicação Coopfisco	421.235,30
<b>TOTAL</b>	<b>435.106,15</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	
<b>RECEITA EFETIVA</b>	
Ativos (Maio)	109.319,57
Outras Receitas	1.318,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.159,30
Receita de Aluguel	1.000,00
Devolução de Associados	-
Liquidação de Emprestimo	-
<b>TOTAL</b>	<b>113.796,87</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE VITÓRIA</b>	
Acesso a Internet	25,90
Aluguéis de Moveis e utensilios P/Festas	950,00
Assistência Contábil	1.300,00
Assistência Jurídica	2.000,00
Associação de Classes	1.270,89
Correios e Malotes	1.820,00
Serviços Prestados PJ	2.845,12
13º Salário	1.616,24
Combustível	2.845,12
Condomínio	1.616,24
Contribuição Sindical	5.358,96
Contribuição Fenafisco	675,33
Custas Processuais e Cartório	563,80
Cursos e Instruções	563,80
Despesas Bancárias	301,50
Despesas Financeiras	732,22
Despesas C/Estacionamento	20,50
Despesas C/Informatica	378,68
Despesas c/ Pedágio	200,00
Despesas C/Veiculos	300,79
Despesa c/Floricultura	2.237,63
Energia	-
F.G.T.S	-
Festividades e Confraternizações	-
Férias/Rescisões	-
Despesas Gráficas	2.520,00

I.N.S.S	8.942,76
I.N.S.S S/NFS	1.700,71
I.R.R.F S/Salários	2.441,31
I.R.R.F S/NFS	154,61
I.S.S	773,05
I.P.V.A	-
Jornais e Revistas	-
Pis/COFINS/CSLL	718,94
Impostos e Taxas	-
Instalações	-
Limpeza / Conservação	-
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	379,85
Máquinas e Equipamentos	1.550,00
Material de Copa e Cozinha	35,00
Material de Consumo	115,00
Material de Escritório	464,03
Material de Construção	-
Medicamentos	7,75
Plano de Saúde - Assistência Médica	4.574,13
Propaganda e Publicidade	-
Pis S/Folha de Pagamento	279,70
Refeições e Lanches	614,93
<b>SUB TOTAL</b>	<b>47.869,33</b>
Repasse Coopfisco	1.070,30
Salários	21.016,13
Seguros	1.481,25
Telefone	-
Uniformes e Acessórios	9.932,55
Vale Refeição	866,20
Vale Transporte	7.265,68
Viagens e Estadas	7,50
Cópias e Autenticações	3.694,40
Emprestimo coopfisco	(720,50)
Locação de Veículos	(720,50)
Cheques a Compensar	485,00
Cheques Compensado	92.967,84
<b>TOTAL</b>	<b>92.967,84</b>
<b>DESPESAS SEDE SOCIAL DE VILA - VELHA</b>	
Água e Saneamento	793,39
Assinatura SKY	175,60
Energia	1.831,72
Impostos e Taxas	-
Material de Uso e Consumo	-
Material Higiene e Limpeza	-
Serviços de Manutenção Sede Social	-
Telefone/Internet	218,91
Manutenção Máquinas e Equipamentos	12.923,70
Despesa com Veiculos	-
Seguros	-
<b>TOTAL</b>	<b>15.943,32</b>

DESPESAS SUBSEDE ORDEM - CACHOEIRO	
Água e Esgoto	500,00
Aluguel	-
Combustível	60,00
Condomínio	-
Condução	-
Despesa c/Correios	-
Despesa C/Veiculo	-
Energia	506,53
Instalações	-
Jornais e Revistas	-
Limpeza / Conservação	340,00
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	282,50
Material de Consumo	-
Material de Escritório	-
Material de Higiene/Limpeza	-
Plano de Saúde	283,00
Refeições e Lanches	13,98
Refeições	275,87
Viagens e Estadas	500,00
<b>SUB TOTAL</b>	<b>2.761,88</b>
Reembolso Despesa	-
Refeições	-
Vale Transporte	103,40
Despesas C/ Gráficas	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.865,28</b>

Saldo Banco/Caixa	
Caixa	268,97
Banestes Cta 1.702.554	16.846,57
Banestes Cta 6.193.023	5.079,58
Banestes Cta 20.043.048 ( Poupança )	84,35
Aplicação Coopfisco	414.847,11
	437.146,58
<b>TOTAL</b>	<b>548.903,02</b>
<b>TOTAL</b>	<b>548.903,02</b>

## “In”

- A presença e envolvimento da categoria nas Assembleias Gerais.
- As manifestações populares.
- A condenação pelo STF dos “Mensaleiros”.
- A participação dos colegas na eleição para os Conselhos do IPAJM.
- O Concurso Público para Auditor Fiscal.

## “Out”

- Os “políticos” brasileiros.
- Os baderneiros infiltrados que conseguiram esvaziar as manifestações.
- A dificuldade imposta pelo IPAJM para o voto. Modernizar é preciso.
- A contratação de médicos estrangeiros. E a estrutura, vamos trazer de onde? Vergonha.

**Presidente**

Júlio César Camilo Muniz  
[diradm@sindifiscal-es.org.br](mailto:diradm@sindifiscal-es.org.br)

**Vice-Presidente**

Délio Castello

**Diretor Tesoureiro**

José Carlos Martinelli  
[cmartinelli@sindifiscal-es.org.br](mailto:cmartinelli@sindifiscal-es.org.br)

**Diretor Administrativo**

Walker Ricardo Pinto  
[wricardopinto@gmail.com](mailto:wricardopinto@gmail.com)

**Diretor Jurídico**

Manoel Rodrigues Bernardo  
[mbernardo@sindifiscal-es.org.br](mailto:mbernardo@sindifiscal-es.org.br)

**Diretor de Aposentados e Pensionistas**

Orlando Fernandes Pereira

**Diretor de Comunicação**

Antonio Carlos Cruz  
[dcacc@sindifiscal-es.org.br](mailto:dcacc@sindifiscal-es.org.br)

**Jornalista**

Adriana Nobre  
Karina Salvador

**Editoração Eletrônica**

Oficina de Letras Comunicação  
3222-6955

**Impressão:**

New Graf

**Tiragem:** 1.500 exemplares

**Fale com o Ação Fiscal**

GERAL / REDAÇÃO / NOTÍCIAS / ANÚNCIOS  
TELEFONE: 27 3325-3439  
[jornal@sindifiscal-es.org.br](mailto:jornal@sindifiscal-es.org.br)

**Subsede**

**Cachoeiro**

Praça Jerônimo Monteiro, 21 - sala 101 - Centro  
Tel.: (28) 3521-7630/7629  
e-mail - [sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br](mailto:sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br)

*Av Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 Edifício Global  
Tower - Salas 714 E 715*

*Enseada do Suá CEP: 29050335*

*Vitória ES. Telefone: 3325-3439*

*e-mail - [fisco@sindifiscal-es.org.br](mailto:fisco@sindifiscal-es.org.br)*

*<http://www.sindifiscal-es.org.br> -*

*CNPJ: 272394410001/05*

*“O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores.”*

## FALECIMENTOS

*É com grande pesar que comunicamos o falecimento de:*

- João Miranda** – 26/03/2013 – Aposentado;  
**Osmar Raymundo** – 30/04/2013 – Aposentado;  
**Maria Silveira de Carvalho** – 01/05/2013 – Pensionista;  
**Antônio Lisboa** – 26/05/13 – Aposentado;  
**Jandília Simões Cabral** – 31/05/13 – Pensionista;  
**Carlily de Aquino Rosa** – 14/06/2013 – Aposentado;  
**Etelvo Melo Ramos** – 16/06/2013 – Aposentado;  
**José Valadão Nunes** – 28/06/2013 – Aposentado;  
**Elias Beconha Otero** – 29/06/2013 – Aposentado;  
**Paulo Roberto Nery Duque da Silva** – 08/07/2013 – Aposentado;  
**Nilton Silva** – 27/07/2013 – Aposentado;  
**Douglas Renato Queiroz** – 12/07/2013 – Aposentado;  
**José Soares de Oliveira (Zé Valente)** – 03/08/2013 – Aposentado;  
**José Luiz Sales Brasil** – 05/08/2013 – Aposentado;  
**Yolanda Oliveira Bourguignon** - 09/08/2013 – Pensionista;  
**Joaquim Antônio** – 25/08/2013 – Aposentado;  
**Acacio Vieira Soares** – 01/09/2013 – Aposentado.

## Várias vantagens. Uma cooperativa de crédito.

A COOPFISCO é a cooperativa de crédito do servidor público capixaba\* e também correspondente bancário do Banco do Brasil. Lá você encontra os serviços de um banco com as vantagens de uma cooperativa. Tudo isso perto de você.

- + Pagar boletos bancários, contas de água, luz, gás e telefone.
- + Pagar tributos municipais, estaduais e carnês.
- + Sacar, retirar saldo e extrato de conta corrente ou poupança Banco do Brasil.
- + Cartão de crédito e débito com acesso aos terminais do Banco do Brasil.
- + Empréstimo consignado com juros atrativos.
- + Retorno nas Sobras.
- + Capitalização a partir de R\$ 10,00.



Av. João Batista Parra, 673, Ed. Enseada Tower (próximo a praça do pedágio em frente ao novo Prédio da Secretaria da Fazenda)

Ligue (27) 3200-3989 - Acesse [www.coopfisco.org.br](http://www.coopfisco.org.br)

**COOPFISCO**

Há 15 anos a sua cooperativa de crédito

\*Servidores Estatutários efetivos, inativos ou pensionistas da Administração Direta do Estado do Espírito Santo.